



BULLYING NA ESCOLA: O PAPEL ESTRATÉGICO DA INTERVENÇÃO

ARTIGO ORIGINAL

BICHACO, Rayara Caroline de Araújo¹, BONFIM, Cláudia Ramos de Souza², DEDONÉ, Tiago Silvio³

BICHACO, Rayara Caroline de Araújo. ***Bullying na escola: o papel estratégico da intervenção***. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 08, Ed. 11, Vol. 02, pp. 95-111. Novembro de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/bullying-na-escola>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/bullying-na-escola

RESUMO

O objetivo deste artigo é tecer construções reflexivas acerca de um objeto temático que orbita como fenômeno por diversos espaços da escola: a violência escolar, também denominado *bullying*. A pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa foi a metodologia utilizada nesta construção, apresentando conceitos, os tipos de manifestação de violências que podem ser de caráter físico ou psicológico, a descrição dos comportamentos enquadrados, e o papel estratégico da ação de intervenção interdisciplinar neste ambiente de construção social. Com o fito de elencar os caminhos epistemológicos sobre o campo, foram necessárias revisões bibliográficas de autores que são referências para o assunto; entre os quais: Fachin (2001); Fante (2012); Oliveira (2018); dentre outros. A questão norteadora consiste em indagar: a escola ao realizar intervenções pedagógicas sobre o *Bullying* pode contribuir para o combate e enfrentamento desse fenômeno? Considera-se que, ao realizar intervenções interdisciplinares como uma estratégia, pode apresentar resultados positivos no âmbito da prevenção escolar e o combate ao fenômeno do *Bullying*.

Palavras-chave: Violência, *Bullying*, Intervenção, Práticas pedagógicas, Direitos Humanos.



1. INTRODUÇÃO

A escola do século 21 ainda é o grande e necessário espaço de representação social, cultural, político, organizacional, de embates positivos das subjetividades, sob um viés ampliado de humanização, já que pressupomos que é neste cenário que se constrói sujeitos éticos, cidadãos conscientes, que irão intervir no mundo. Mas, também, a escola, em seus diversos níveis, tem vivenciado grandes desafios que exigem um planejamento de gestão de ecossistemas comunicacionais. Um destes desafios é a violência, caracterizada pelo fenômeno do bullying, que se manifesta de diversas formas, seja verbal, físico, emocional, virtual, e exigem da escola uma articulação de formas para prevenir e combater.

Brito e Rocha (2016) enaltece que essa prática pode ocorrer em diversos ambientes, como na escola, desconstruindo o bem-estar social e promovendo ações de intenso terror psíquico aos que são vítimas desta violência.

Mas, também, pode ocorrer no trabalho, na família e em qualquer outra agência de socialização onde o sujeito permeia, sendo, portanto, um problema grave, que exige da sociedade reflexões e iniciativas de conscientização e punição exemplar no âmbito jurídico.

Além disso, este fenômeno provoca o isolamento social daqueles que sofrem e a construção de uma cultura do medo nestes diversos cenários de integração, tornando o ambiente escolar, por exemplo, hostil e inseguro. Neste sentido, manifesta-se como um fator de estresse social que impacta a socialização e o desenvolvimento. De acordo com Ferreira, Rowe e Oliveira (2010), o *Bullying* se manifesta a partir de um evento orquestrado, uma delimitação de desejos de humilhar, expor, provocar, desconstruir psicologicamente o outro. Podem ocorrer apenas pelo fato de a pessoa violentada ser diferente em algum aspecto da dimensão humana. Isso já ocasiona, para os agressores, um objetivo para a violência.



A escola tem o papel fundamental de estimular o desenvolvimento dos alunos na aprendizagem, na formação humana, e instigando o surgimento de cidadãos, capazes de conviverem em sociedade. Hoje em dia as agressões verbais têm tido um grande aumento e as escolas têm se mostrado, muitas vezes inaptas, no enfrentamento do desafio, o que exige uma mobilização da comunidade escolar de forma integrada – professores, alunos, gestores, famílias.

Por isso, a formação docente neste âmbito do enfrentamento é necessária, trazendo dados estatísticos, ampliando diálogos e trocando experiências pedagógicas, construindo estratégias para que, de forma integrada, a comunidade escolar consiga dar respostas afirmativas em ações e combate.

Silva (2010), neste sentido, alerta que a escola precisa estar atenta aos meios narrativos dos autores violentos, não apenas no contexto físico, mas, ainda, no âmbito virtual, pois pode afetar toda a dinâmica social da comunidade escolar.

Professores e funcionários devem estar atentos aos sinais de assédio, interrompendo qualquer forma de agressão e promovendo a empatia e a tolerância em suas aulas, deixando os alunos mais confortáveis e seguros no ambiente escolar.

Isso, pois, essa agressão, pode ser considerada um estressor social significativo, impactando negativamente na vida pessoal e acadêmica dos estudantes, bem como em todo o universo coletivo. Podemos ver que, atualmente, nos deparamos com vários tipos de intervenções e possibilidades para minimizar o impacto deste fenômeno entre os estudantes. O ecossistema comunicacional aberto, democrático, com um diálogo franco, é um deles.

Em outras palavras, a prevenção na escola deve ser uma preocupação constante de todos os envolvidos na educação das novas gerações, pois, desta forma, coopera para um ambiente pedagógico onde as aprendizagens circundam no cenário coletivo. Também pode apresentar-se como estratégia a conscientização



sobre os tipos de agressões, envolvendo a promoção de discussões abertas, utilizando a metodologia de rodas de diálogos sobre o tema, envolvendo a divulgação e reflexões e ensinando os estudantes a identificarem e denunciarem esse comportamento no cenário escolar, desenvolvendo habilidades sociais, como alteridade e empatia.

Portanto, este presente artigo explora a temática do enfrentamento ao assédio escolar através de uma abordagem sociológica, observando os fenômenos sociais, destacando sua gravidade como um problema comum nas escolas que precisa ser combatido, compreendendo as realidades situacionais, sociais, culturais e instigando a ampliação dos conhecimentos nestes ambientes de trocas de experiências e subjetividades.

Podemos citar, ainda, que não são apenas manifestações no âmbito escolar e, sim, podendo enfrentar o problema em nosso dia a dia, nas demais agências de socialização e, com o advento das novas tecnologias, cada vez mais presentes em redes sociais. Com isso, podemos destacar que a intervenção na educação escolar, com projetos pedagógicos diferenciados e um ecossistema comunicacional ampliado, onde se encontram quadros de urgência que requerem uma ação coletiva, pode-se afirmar soluções estratégicas.

No que se refere à estrutura metodológica, o presente artigo permeia pela Revisão Bibliográfica, com abordagem qualitativa, fornecendo um conjunto de conhecimentos reunidos em obras literárias para conduzir o leitor a compreender, reproduzir, utilizar e comunicar as informações coletadas para a realização da pesquisa (Fachin, 2001).

Manifesta-se, portanto, a proposição de busca por ampliação de reflexões sobre o tema, já que ele carece de uma abordagem profunda no contexto da educação básica, explorando os desafios enfrentados e as possibilidades de reflexões, as políticas educacionais vigentes e as possíveis soluções para melhorar o sistema



educacional. Como a presente pesquisa perpassa pela revisão bibliográfica, o critério de inclusão refere-se ao estudo com foco no público-alvo pertencente aos espaços escolares, onde o *Bullying* tem se manifestado com intensidade, trazendo prejuízos emocionais, educativos e sociais às vítimas

2. A INTERVENÇÃO COMO POSSIBILIDADE E ESTRATÉGIA

A palavra “*bullying*” tem sua origem no inglês e é usada para descrever a intenção consciente de causar mal e provocar tensão em uma pessoa. Ela é utilizada para caracterizar comportamentos agressivos e antissociais (Fante, 2012).

Sobre o *bullying*, Fante (2005, p. 28), ainda afirma que:

[...] é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas manifestações do comportamento *bullying*.

Por isso, é crucial que sejam tomadas medidas interdisciplinares e com uma unidade de apoio entre a escola, a família e a sociedade, para combater esse tipo de comportamento dentro e fora do âmbito escolar. Podendo ser entendido como um conjunto específico de comportamentos agressivos, que se caracterizam por sua repetição e desequilíbrio de poder (Fante, 2012).

Sofrimento, depressão, falta de vontade de viver, medo de ir à escola, isolamento, ansiedade, e outras doenças que acabam sendo consequências desta desconstrução psicológica são apenas alguns exemplos de como essa forma de agressão pode prejudicar as vítimas, desconstruindo a sua percepção identitária e social.



As consequências no âmbito escolar podem ser de curto e longo prazo podendo afetar não só a vítima, mas também os colegas e o âmbito escolar como um todo. São fenômenos, pautados no medo e desorganização social, que afetam as formas da gestão da comunicação no espaço educativo.

Fante (2005, p.16) enaltece que

Na maioria das vezes as vítimas sofrem caladas por vergonha de se exporem ou por medo de represálias dos seus agressores, tornando-se reféns de emoções traumáticas destrutivas, como medo, insegurança, raiva, pensamentos de vingança e de suicídio, além de fobias sociais e outras reações que impedem seu bom desenvolvimento escolar.

Alguns exemplos incluem a queda no rendimento escolar, onde a vítima pode se sentir desmotivada e incapaz de realizar tarefas escolares. A evasão acaba sendo, também, uma realidade, já que as vítimas dessa agressão são mais propensas a problemas de comportamento, incluindo usar drogas e ao abandono a escola, e se envolver em comportamentos criminais.

Neste sentido, Bittencourt (2012) vem alertar sobre a importância da mobilização de projetos pedagógicos diferenciados, de cunho interdisciplinar, que demonstre ao agressor as consequências diversas de tais atos, bem como, à vítima, a rede de proteção e cuidado que lhe é direcionada pela instituição. Desta forma, mostrando que a escola é o espaço de apartamento deste tipo de manifestação e violência, como enaltece Freire (1997): “Faz parte do pensar o rejeito a qualquer tipo de discriminação, levando a prática preconceituosa de qual for o tipo a negar de maneira radical a democracia”.

Importante destacar que os agressores são atores sociais que também enfrentam diversas realidades de complexificação psicossocial. Ou são crianças muito sensíveis e introspectivas; ou que manifestam sede por poder, superioridade e domínio da outra; ou históricos de maus tratos pela família ou por algum abuso sofrido; entre outras possibilidades para tecer investigações. Fato é que, segundo



Capucho e Marinho (2008), também se faz necessário investigar e trabalhar ações afirmativas com o próprio agressor, como afirma:

denota que geralmente os autores das agressões são oriundos de famílias desestruturadas onde os vínculos afetivos entre os seus membros são muito frágeis, e que é comum o uso da agressividade para solucionar os problemas cotidianos pelos próprios pais ou responsáveis, que são o referencial

Pesquisadores indicam que há uma grande preocupação nestes fenômenos do *Bullying*: a possibilidade de tentativa de suicídio. Por isso, o papel estratégico da integração de agentes no espaço escolar, fomentando caminhos para o atendimento dos alunos neste âmbito. Lopes Neto (2011), acerca desta preocupação, menciona

Há muita preocupação na relação entre bullying e problemas físicos e psicológicos, os mais diversos, que podem acometer com maior frequência tanto os alvos quanto os autores. Uma das maiores preocupações e objeto de diversos estudos internacionais, é a relação com as intenções suicidas e com suicídio de adolescentes.

É em razão da importância da estratégia de intervenção que, em caso de ausência de um plano de gestão de crise nesta vertente pedagógica, certamente, abrirá espaços para um aumento da agressão, já que o *bullying* pode criar um ambiente hostil e inseguro em prejuízos não apenas físicos e psíquicos, como, também, na formação moral e ética dos envolvidos, que podem ter dificuldades em entender e respeitar diferenças e diversidade no espaço institucional. Portanto, o problema é agravante, também, na ótica de gestão escolar.

Os alunos que estão sendo vítimas ficam com medo ou vergonha de ir para a escola. Desta forma, é importante que o fluxo de comunicação seja afirmativo, a qual o papel dos pais e gestores é fundamental, com conversas abertas e honestas com seus filhos ou alunos, e incentivá-los a relatar qualquer tipo de comportamento intimatário.



As escolas e faculdades devem implementar políticas de tolerância zero sobre o tema e criar uma cultura de respeito, paz e empatia, combatendo este estado social que pode levar os alunos agredidos à reprovação, desmotivação ou mesmo abandono dos estudos. Isso, pois, muitos danos no âmbito escolar, podendo resultar negativamente no futuro.

Com a prevalência do *bullying* em nossa sociedade, torna-se cada vez mais importante que os espaços institucionais intervenham diante deste comportamento, com informações e mobilizações coletivas, ações de conscientização que expressem as dimensões humanas. Há várias razões pelas quais a intervenção precoce é crucial no combate a essa agressão. Com a porcentagem de casos aumentando cada vez mais, podemos verificar que a intervenção é extremamente urgente podendo ter algumas razões, como:

- Afetar negativamente a autoestima e o bem-estar emocional da vítima. Se não for interrompido, pode levar a transtornos mentais e sociais;
- Pode levar a comportamentos violentos e criminosos.
- Se não coibido em tempo, esta prática pode manifestar-se de forma explosiva nos alunos que sofrem este tipo de violência, muito tempo depois. Esta patologia psicossocial desenvolvida no espaço escolar pode levar alunos violentados a praticarem retornos violentos, assassinatos e até mesmo suicídio

Um dos primeiros programas e mais divulgados no Brasil é o da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), a partir do Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, em que no período de setembro de 2002 a outubro de 2003, várias cidades conseguiram reduzir a agressividade entre os estudantes e ter, a partir de um plano de gestão interdisciplinar, um âmbito escolar mais favorável, podendo ser um lugar com mais diálogo, familiar e atrativo entre os alunos.



A importância de se trabalhar o tema dentro dos ambientes escolares é a de poder proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre o quanto é doloroso para todos os envolvidos, sejam os agressores, as vítimas e toda a comunidade escolar. Isso quer dizer que todos sofrem em conjunto e sempre podem estar relatando as consequências presentes.

No contexto escolar, esta manifestação do fenômeno pode-se ocorrer em qualquer nível de ensino, desde educação infantil até o Ensino Médio, ou mesmo no ensino superior, e em diferentes espaços, como sala de aula, corredores, refeitórios e até mesmo na internet. Cantini (2004), destaca que, muitas vezes, a vítima não sabe expressar o porquê dos ataques e se voltam para características pessoais, se culpabilizando pelos atos sofridos.

Segundo Fante (2005) estas vítimas podem estar sofrendo por muito tempo no ambiente escolar em silêncio, sem que nenhum responsável possa acabar percebendo. É por meio do convívio que os estudantes têm interação em diferentes grupos, com suas próprias características, e assim identificar a qual agência de socialização fará parte. Caso o aluno não se identifique em nenhum desses grupos vai estar mais propício a se tornar uma vítima dos atos. É neste momento que os atores sociais da escola começam a entrar com a intervenção, observando o fenômeno, gerenciando práticas e processos e buscando a implementação de ações para não se agravar futuramente.

3. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO

Para a identificação, é importante observar se estas crianças ou jovens estão sendo alvos ou autores – ou ambos? Ou são apenas testemunhas? Há coeficiente comunicacional aberto para denúncias junto aos gestores e professores ou este espaço não existe? Podemos encontrar uma série de perguntas sem respostas para poder identificar os envolvidos e saber como a gestão comunicacional sobre o tema circunda o universo escolar.



Isso quer dizer que é preciso trabalhar, na escola, ações que contribuam com o reconhecimento dos alunos como atores sociais ativos, solidários, protagonistas, dentro do ambiente que pressupõe circularidade de sentidos e valores, como é a escola.

Um dos campos teóricos que aportam a construção reflexiva deste fenômeno é a psicoeducação (Fava & Martins, 2016) que contribui direcionando instrumentos de investigação e análise comportamental para tecer respostas afirmativas sobre e para o fenômeno da violência e prática do *bullying*, que tem afetado a sociedade.

O professor tem um papel importante sempre estando atento e preparado para lidar com esses problemas em sala de aula. Na maioria das vezes, professores e familiares não veem o quão grave pode estar sendo, principalmente se ocorre verbalmente. Com isso, é importante que a escola não minimize a agressão e, sim, que isso possa ser tratado com muita atenção e cautela, para que as vítimas se sintam seguras para contarem o que está acontecendo, tendo conscientização sobre o tema.

Para Oliveira (2018), se o ambiente escolar deixar de ser apenas um local onde se adquire habilidades educacionais e competências, e sim podendo passar a ser um local onde se aprende e se utiliza valores e temas transversais tendo a educação voltada para estes valores, poderia efetivar grandes contribuições para a redução do Bullying.

Uma grande parte dos casos pode ocorrer no recreio (intervalo) onde é um período que mais se manifesta agressão (verbal/física), e onde os professores estão em seu horário de descanso. Porém, deve-se lembrar que muitos alunos podem sofrer ou até mesmo presenciar essas agressões.

Por isso, deve-se debater sempre em sala de aula, com os alunos, algumas estratégias de prevenção e a importância de conversar com algum responsável (pais ou professores), não só durante o ocorrido, mas durante o ano letivo estar



lembrando e informando com palestras, filmes e até atividades lúdicas que possa estar valorizando a saúde mental e a importância de cada aluno. Algumas estratégias de gestão são importantes neste processo e cenário:

- Estar sempre atento às manifestações distintas, não habituais, de comportamentos dos alunos;
- Mobilizar canais diretos e abertos de comunicação entre os alunos e professores; e entre alunos e os gestores;
- Promover palestras e atividades interativas de apresentação de dados sobre este fenômeno;
- Articular projetos pedagógicos que integrem os alunos e promovam uma cultura de paz e respeito;

Para Pavan (2007, p. 45), “ter uma consciência de que o papel de professor é de extrema importância para se obter em uma sala de aula um clima de respeito, fazendo com que os alunos entendam a importância de se respeitar o colega dentro e fora da escola e de dialogar ao invés de ofender e brigar”.

Os profissionais da educação têm, portanto, o dever de incentivar o respeito e as diferenças por meio de conversas e atividades que possam incentivar a tolerância, a realização de trabalhos didáticos para a dimensão da empatia em sala de aula.

Além disso, é importante oferecer treinamento para os professores e funcionários, capacitando-os a identificar e lidar com casos de violência escolar de forma adequada. Isso inclui saber como intervir, mediar conflitos e promover a empatia entre os alunos.

Existem diversas estratégias e medidas que podem ser adotadas para intervir no assédio escolar, como, por exemplo, podemos citar:

- Promover o um ecossistema comunicacional ampliado com os pais ou responsáveis, informando sobre o assédio na escola e incentivando-os a



conversarem com seus filhos sobre o assunto; além disso, manter uma ótima comunicação aberta com as famílias das vítimas e dos agressores, para que todos estejam cientes do problema e possam trabalhar juntos na resolução;

- Incentivar a formação docente continuada, o incentivo aos mecanismos de pesquisas entre os professores e gestores, com a finalidade de tecer levantamentos e diagnósticos da realidade situacional dentro dos próprios cenários escolares, articulando, portanto, propostas institucionais interdisciplinares que atendam o combate ao fenômeno.

Neste sentido, ações estratégicas de comunicação, conscientização, como palestras sobre o tema na escola e na comunidade, na reunião dos pais e em mídias sociais e imprensa, podem ser alguns dos caminhos para disseminação de uma cultura de paz.

Além disso, é necessário criar um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam respeitados e valorizados, podendo ser feito por meio de implementação de estratégias anti-*bullying*, código de conduta claros e rígidos e programas de educação socioemocional, que estimulem a empatia, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos, como enaltece Monteiro (2008), ao abordar estratégias para consciência coletiva.

Carbonell (2002), também ressalta sobre os desafios da operacionalização de práticas e planejamentos para a resolução de conflitos de forma criativa e solidária, no universo do espaço escolar. Os docentes e gestores, neste sentido, precisam de preparação em gestão de crise e conflitos, para uma melhor tomada de decisões. Estas ações precisam ser compartilhadas com famílias e outros atores da comunidade educativa.

Além disso, os pais podem ajudar a fortalecer a autoestima e a confiança de seus filhos, fornecendo apoio emocional e sempre incentivando a se expressarem, ensinando habilidades de resolução de conflitos, estimulando encorajamento e a



buscar ajuda dos professores ou outros profissionais da escola quando estiverem em situação em conflito.

O papel da escola, enquanto espaço de organização social e formação cidadã, é o de estar preparado para lidar com a situação, fornecendo suporte adequado às vítimas, não somente no dia do ocorrido, mas, podendo implementar eventos no calendário escolar durante o ano letivo, identificar e conscientizar os alunos com grupos de apoio, projetos e campanhas, envolvendo a inclusão e o respeito mútuo entre todos os estudantes.

Em suma, a intervenção da violência no âmbito escolar é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educativo. Somente através de uma abordagem integrada, envolvendo alunos, pais, professores e a comunidade escolar, será possível combater efetivamente esse problema, proporcionando um ambiente harmonioso para o desenvolvimento saudável de todos os estudantes.

Devido a importância do tema, o Governo Federal, sob o comando da presidente da república, Dilma Rousseff, instituiu a Lei n. 13.185/15, criando o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, conhecida como Lei *Antibullying*, onde estabelece diretrizes para prevenir e combater práticas de intimidação sistemática nas instituições de ensino. Desta forma, estabelecendo mecanismos para o acolhimento e acompanhamento das vítimas, além de exigir ações destinadas à promoção da cultura de paz nas escolas.

Destaca-se, na lei:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015, Art. 1º, § 1º).



As vítimas devem receber suporte emocional, orientação e proteção. No caso das escolas, faz-se necessário, portanto, observar o quanto é importante a presença de psicopedagogos, psicólogos ou outros profissionais que possam assumir este trabalho de acompanhamento pós ataque.

Já os agressores, precisam ser conscientizados sobre as consequências de suas ações e receber acompanhamento para mudança de comportamento, sendo importante ressaltar que a intervenção no âmbito escolar deve ser contínua e envolvendo toda comunidade escolar.

A intervenção no espaço escolar deve ser realizada logo no começo da detecção da violência, para que não se concretize padrões de agressividade e não surjam agrupamentos entre os alunos fortificados e inspirados pela inércia dos gestores. A criação de parcerias com organizações externas também pode ser um grande benefício para fortalecer as ações para combater essa agressão e fenômeno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, de acordo com as contribuições dos autores nesta revisão bibliográfica, conclui-se que os professores, gestores educacionais, pais e comunidade escolar precisam estar preparados para agir diante de situações adversas nas relações sociais e engajados na articulação de estratégias na prevenção e combate a agressão, criando um ambiente seguro, acolhedor e livre de violência.

Ao mobilizar um ambiente que instiga a empatia, desenvolvendo habilidades sociais e de conscientização sobre as consequências, mobiliza-se o direcionamento do olhar para o cumprimento legal, já que há legislação que atende a respeito da temática no Brasil. Os professores e gestores podem contribuir ainda mais para uma formação de uma nova geração mais empática, solidária, proporcionando aos



alunos a oportunidade de se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial educativo e pessoal.

O *bullying* cria um ambiente hostil e prejudica o processo de aprendizagem, pois os estudantes se sentem inseguros e incapazes de se concentrar nas atividades escolares, sempre receosos. As escolas têm a oportunidade de promover valores como o respeito, a alteridade, a tolerância e empatia, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de conviver harmoniosamente em sociedade.

Com os trabalhos pedagógicos a partir de uma gestão da comunicação aberta, democrática, dialógica, pode-se intervir na raiz do problema manifestado, evitando os diversos problemas consequentes deste fenômeno, entre eles: complexificação na saúde mental, queda no desempenho escolar, evasão, comportamentos de risco, isolamento social, ciclos de violência, danos físicos e psíquicos. Programas *anti-bullying* e apoio emocional às vítimas são essenciais para lidar com esse problema e promover um ambiente educacional seguro e saudável.

Considera-se, ao final do estudo, que é fundamental olhar para propostas de intervenção do *bullying* como afirmativas formas de tornar o espaço escolar como cenário de paz e construções coletivas, mediadas por propostas interdisciplinares e afirmativas, congregando várias áreas e conhecimentos para uma ampliação de entendimento sobre empatia, solidariedade, alteridade e cenários sociais construtivos. A intervenção dessa intimidação é uma responsabilidade coletiva, de toda a comunidade escolar e sociedade, que visa garantir o bem-estar de todos e o desenvolvimento saudável. A escola é o espaço de transformações, protagonismos, embates das subjetividades, mas, fundamentalmente, um espaço para a emancipação.



REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, D. M. B. “Fenômeno Bullying na Escola”. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 13, p. 211-231, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui sobre o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRITO, L.; ROCHA, M. Discutindo a indisciplina, a violência e o bullying na instituição escolar. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29163/20605>. Acesso em: 02 out. 2023.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CANTINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. 2004. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

CAPUCHO, V. A. C.; MARINHO, G. C. **Cyberbullying**: uma nova modalidade de violência escolar. *Construir notícias*. Recife, ano.7, n.40, p.14-18, mai-jun. 2008.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. ver. e ampl, Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

FANTE, C. O que a escola deve saber e fazer para deter o bullying. **Revista Pátio. Grupo A Educação S. A.** Ano IV Nº 14, set./nov. 2012.

FAVA, D.; MARTINS, R. Contribuições da abordagem cognitivo comportamental para a atuação do psicólogo e professor na escola. *In*: FAVA, D. (Org.). **A prática da Psicologia na escola**: introduzindo a abordagem cognitivo-comportamental. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2016, pp. 15-46.

FERREIRA, V.; ROWE, J.; OLIVEIRA, L. Percepção do professor sobre o fenômeno bullying no ambiente escolar. **Unoesc & Ciência – ACHS**, v. 1 n. 1, 2010. Disponível em: https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/138/pdf_15. Acesso em: 02 out. 2023.



FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: saber identificar e como prevenir.** São Paulo: Brasiliense, 2011.

MONTEIRO, L. **Perguntas e respostas sobre o bullying.** Observatório da Infância, 2008.

OLIVEIRA, W. **O papel do Professor diante do Bullying na sala de aula. EDUCERE - Revista da Educação,** Umarama, v. 18, n. 2, p. 297- 317, jul./dez. 2018.

PAVAN, L. **O papel do professor diante do bullying em sala de aula.** Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2007.

SILVA, A. **Bullying: mentes perigosas nas escolas.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

Enviado: 17 de novembro de 2023.

Aprovado: 28 de novembro de 2023.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia (Graduação). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2575-6628>.

² Pós-Graduação stricto sensu: Doutorado em Educação na área de História, Filosofia e Educação – FE-Unicamp; Mestrado em Educação – UENP; pós-graduação – lato sensu: Especialização em Metodologia do Ensino Superior; Graduação: Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia; Licenciatura em Pedagogia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0349-2461>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1026299512807183>.

³ Orientador. Pós-Graduação stricto sensu: Mestrado em Formação de Gestores Educacionais (UNICID – SP); pós-graduação – lato sensu em: Psicopedagogia Institucional e Clínica; e em Neuropsicopedagogia; Graduação: Licenciatura em Pedagogia; Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4666-6137>.